

RESENHA: MAQUIAVELISMOS À BRASILEIRA

BAGNO, Sandra; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org.). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, 304 pág.

Fernanda Elias Zaccarelli SALGUEIRO
Doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo,
E-mail: fernanda.salgueiro@usp.br

RESUMO

Trata-se de resenha sobre a obra *Maquiavel no Brasil: dos Descobrimientos ao século XXI* (2015), uma compilação de dez artigos cujo objetivo é “representar uma das facetas do maquiavelismo luso-brasileiro”. O texto descreve estes trabalhos e avalia a sua contribuição para os estudos acerca da recepção do pensamento, ou do signo, de Maquiavel no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, recepção, maquiavelismo, anti-maquiavelismo.

Embora *O Príncipe* seja uma das obras filosóficas mais (re)editadas no Brasil desde a década de 1930, raros são os estudos acerca da recepção do pensamento de Maquiavel no país, seus usos políticos e linhas interpretativas. O único precedente relevante em formato de capítulo de livro de que dispúnhamos até pouco tempo era “As leituras de *O Príncipe* no Brasil”, integrante de *O príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*, da pena de Arnaldo Cortina (2000, p. 240-255). Neste trabalho o autor discorre brevemente sobre quatro leituras de Maquiavel realizadas no Brasil entre 1931 e 1980, as de Octavio de Faria (1931), Lauro Escorel (1958)¹, Afonso Arinos de Melo Franco (1978) e Marcílio Marques Moreira (1979). Como parte de um exercício de semiótica, Cortina não pretendeu exaurir o tema.

No âmbito das revistas especializadas, diferentemente, presenciou-se o interesse crescente pela forma e conteúdo da disseminação do maquiavelismo em solo nacional desde meados dos anos 2000, sobretudo nas áreas de História e Letras, ainda que, forçosamente, o número dessa produção seja somente fração do total de pesquisas sobre o pensamento de Maquiavel em si, oriundas principalmente das faculdades de Filosofia e de Ciências Sociais. Ainda assim, o excelente artigo de Rafael Salatini, “Notas sobre a maquiavelística brasileira (1931-2007)”, publicado na revista *Discurso* (2011, p. 329-359), talvez

¹ A obra é de 1958, mas Cortina se remete à edição da Universidade de Brasília de 1979.

seja o trabalho mais abrangente e profundo realizado até hoje acerca das transformações nas leituras maquiavelianas brasileiras.

Nesse contexto de escassos estudos, o livro *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI* (2015) apresenta grande relevância. Seus organizadores, os professores Rodrigo Bentes Monteiro, do curso de História da UFF-RJ, e Sandra Bagno, do curso de Letras da Universidade de Pádua, são talvez os autores de suas respectivas áreas que mais publicaram sobre o tema nos últimos anos. Nesta obra, foram compiladas investigações de oito historiadores e duas especialistas em línguas, literatura e tradução com o objetivo de “representar uma das facetas do maquiavelismo luso-brasileiro”, qual seja, a de um Maquiavel que quase ninguém pode ler – já que as primeiras edições brasileiras d’*O Príncipe* datam de 1933 – , mas que ficaria “implícita e longamente associado, na consciência linguística e cultural lusófona, a conceitos como simulação / dissimulação” (2015, p. 10). Referida apresentação efetivamente dá o tom da obra, cujo enfoque recai, no caso de alguns capítulos, sobre esta livre “associação” do pensador Maquiavel ao tema geral da (dis)simulação de modo pouco discriminado.

A publicação em comento se inscreve no interior do projeto internacional *Machiavellismo e machiavellismi nella tradizione politica occidentale*, coordenado pelo professor Artemio Enzo Baldini, da Universidade de Turim, que assina o próêmio da obra. Desenvolvido entre 2007 e 2013 como parte dos preparativos para a comemoração dos 500 anos da composição d’*O Príncipe* (1513), o projeto envolveu a organização de encontros, seminários e palestras nos Estados Unidos, Brasil e Europa que provocaram dezenas de pesquisadores a refletirem sobre a fortuna da obra de Maquiavel em seus respectivos países². No Brasil os desdobramentos da iniciativa resultaram na realização do colóquio “Maquiavel dissimulado. Heterodoxias político-culturais no mundo luso”, sediado na Universidade Federal Fluminense (RJ, 2011), coordenado pelos organizadores do livro, juntamente com os professores Ângela Maria Barreto Xavier (da Universidade de Lisboa) e Giuseppe Marcocci (da Scuola Normale Superiore di Pisa), bem como na publicação de artigos dos participantes no número inaugural da revista *7 Mares* (n.1, v. 1, 2012) e na revista *Tempo* (v. 20, 2014)³.

² Os seminários e publicações envolveram Brasil, Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Polônia, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos, Romênia e Turquia, totalizando 28 “unidades de pesquisa”. Os dados desse projeto internacional podem ser conferidos na plataforma <http://hypermachiavellism.net> (Acesso em 12 de dezembro de 2018).

³ A iniciativa se vinculou, ainda, ao projeto de pesquisa do Prof. Ronaldo Vainfas, *Linguagens da intolerância: religião, raça e política no mundo ibérico do Antigo Regime* (Pronex CNPq/Faperj) e da Profª. Ângela Barreto Xavier, *O governo dos outros: imaginários políticos no império português (1496–1961)* (Portugal, FCT). Disponível em: <<http://governodosoutros.wordpress.com>>. Acesso em 10.12.2018.

Como reflexo desse conjunto de atividades e trocas acadêmicas da maior importância, temos o primeiro livro voltado à interface entre maquiavelismo e Brasil. Para além da apresentação, do próêmio e da introdução, o cerne da obra se divide em três partes (“Impérios”, “Príncipes” e “Escritos”), introduzidas por um comentário dos professores Rodrigo Monteiro e Silvia Patuzzi, da UFF-RJ, que relaciona uma passagem de Maquiavel a uma imagem e ao conteúdo dos capítulos que se seguem. Ao cabo, as três divisões do livro não configuram uma investigação cronológica e tampouco uma “história nacional” sob viés maquiaveliano, antes buscando pistas de leituras, referências culturais e influências de Maquiavel sobre personagens e fatos históricos, traduções e edições brasileiras de sua obra (2015, “Introdução”, p. 47).

No próêmio, intitulado “Maquiavelismo e maquiavelismos”, Enzo Baldini atravessa alguns dos principais episódios que marcaram *O Príncipe* e sua má-fama na Europa – de sua publicação e censura às instrumentalizações políticas feitas circunstancialmente –, e alcança a leitura republicana de Pocock (1975) e Skinner (1981). Nos séculos XX e XXI, Baldini aponta a mudança nas condições gerais de circulação de *O Príncipe* em diversos países e a espantosa proliferação de seu emprego descontextualizado em múltiplas áreas da vida social, do marketing às atividades do exército norte-americano. Compreende-se que o texto é uma forma de apresentação das linhas gerais do projeto homônimo (*Machiavellismo e machiavellismi...*). O que descreve especificamente acerca do Brasil – a ambiguidade do substantivo “maquiavelismo” nos dicionários de português desde o século XVII – consiste na retomada das conclusões de trabalhos de Sandra Bagno⁴.

Em “Maquiavel brasileiro”, introdução à obra, Rodrigo Bentes Monteiro procura traçar uma genealogia de interpretações maquiavelianas brasileiras. Se, por um lado, ele avança em relação à investigação feita quase vinte anos antes por Arnaldo Cortina (2000), por outro, reproduz o cerne das contribuições de Rafael Salatini (2011): assume o recorte analítico nos estudos monográficos; realiza uma divisão, implícita, entre uma fase de monografias *ensaísticas* (1931 a meados de 1980) e outra de pesquisas *acadêmicas* (meados de 1980-2007); insere no primeiro momento as obras de Octávio de Faria, Lauro Escorel e Joacil de Brito Pereira e, no segundo, os trabalhos de Luiz A. Hebeche (1988), Newton Bignotto (1991), José Nedel (1996), Edmundo Fernandes Dias, Arnaldo Cortina (2000), Maria Lídia Rodrigo (2002) e Patrícia Fontoura Aranovich (2007).

É verdade que Monteiro complementa a análise no concernente a algumas obras e adiciona à lista de autores os artigos de Sandra Bagno – que são posteriores ao enquadramento temporal de Salatini –, além de mencionar a existência da obra *Maquiavelo en España y Lationamérica del siglo XVI al XX* (2014),

⁴ Cf., em especial, BAGNO, 2008, p. 129-150.

cuja análise não desenvolve. Mas há de se reconhecer que a construção do autor escanteia uma significativa contribuição do artigo de Salatini: o eixo do raciocínio que torna identificável um consistente acúmulo crítico das leituras maquiavelianas no Brasil a partir de certos problemas teóricos colocados e revistos pelos intérpretes entre 1931 e 2007. Ademais, Monteiro desperdiça a oportunidade de atualização dessa genealogia filosófica, não contemplando os trabalhos compreendidos entre 2007 e 2015. Decerto, ainda há tempo para que, diante de eventual reedição do livro em comento, este aspecto seja reconsiderado.

“Impérios”, a primeira parte da obra, é composta por três artigos. Em “Construindo um império à sombra de Maquiavel” (2015, p. 57-80), Giuseppe Marcocci argui contra certa tradição que rejeitou, por motivos religiosos, o fato de uma recepção de Maquiavel em Portugal. Defende que “para uma compreensão adequada das dinâmicas de construção do império português, sobretudo na primeira metade do século XVI, deve-se ter em conta a sombra de ideias e obras de Maquiavel” (2015, p. 59). Para tanto, o autor propõe uma periodização da circulação das ideias do florentino em Portugal tendo por base a “literatura ‘imperial’ portuguesa”. Seja por um esforço de conciliar Maquiavel à fé cristã, de encontrar paralelos entre o império romano e o português (como o desejo de glória) ou de atestar a herança romana dos portugueses, afirma que, nesta primeira fase, a questão central versa sobre o “vínculo entre religião e valor civil na Roma Antiga” e a principal obra em debate são os *Discorsi*. Quando o próprio reino português se converte em um “império sem coroa própria”, por conta da União Ibérica, em fins do século XVI e mesmo ao longo do XVII, observa-se a proibição expressa de publicação dos *Discorsi* pela inquisição castelhana, com um trabalho eficaz de censura desaparecem as menções à religião dos romanos, Tácito passa a ser utilizado para dissimular Maquiavel na seara da história de Roma e as discussões se voltam para a prática de governo tendo por texto-base *O Príncipe*. O capítulo de Marcocci apresenta teses sofisticadas sobre a recepção de Maquiavel em Portugal com amparo em rica bibliografia e logra demonstrar a permanência de ideias do filósofo florentino dentre os letrados portugueses, ainda que os contornos dessa permanência se transformem com as circunstâncias históricas, os agentes e interesses em tela.

Em “Dissimular para expandir as conquistas: o império ultramarino português em Damião de Góis” (2015, p. 81-104), Rui Luis Rodrigues defende que práticas de simulação e de dissimulação são “comportamentos plurais incrustados nas práticas de vivência social do século XVI” (2015, p. 99). Nesse sentido, o fidalgo, amigo de d. João III e secretário da feitoria de Antuérpia, Damião de Góis (1502-1574), constituiria “síntese exemplar do humanismo quinhentista português”. A serviço da coroa, o autor de *Fides, religio moresque Aethiopum* (1540) praticou a dissimulação constante e empregou elementos do pensamento de Erasmo sem abdicar das razões de Estado. Rodrigues argui que em Damião de Góis não

há alguns dos elementos típicos da fama negativa de Maquiavel, como a subordinação da religião aos interesses políticos, embora se possam nele identificar alguns traços maquiavélicos. Nesse sentido, defende que no contexto quinhentista prepondera uma pluralidade de tipos de ação, mesmo no interior dos atos de perfídia.

Já em “Um príncipe cristão e dissimulado: d. Duarte e o negócio do Brasil” (2015, p. 105-129), Gustavo Kelly de Almeida relata a história e as estratégias de d. Duarte de Bragança (1605-1649), um príncipe aprisionado pelos reis Habsburgos, para participar dos debates internacionais sobre o “futuro da dinastia Bragança e de possessões ultramarinas como o Brasil” (2015, p. 125). Como no texto anterior, o personagem central serve como modelo de uma política cristã que não é indiferente aos jogos de aparência e de poder.

Na segunda parte do livro, “Príncipes”, constam outros três artigos: “Maquiavel no Brasil holandês. Gaspar Barleus, João Maurício de Nassau e o príncipe colonial” (p. 133-155) de Arthur Weststeijn, “Um vice-rei que lia Maquiavel? Uma aproximação ao governo do conde de Óbidos no Brasil” (p. 157-178) de Vinícius Dantas e “Catilinária mineira: o discurso da revolta de 1720 em Vila Rica” (p. 179-221) de Rodrigo Bentes Monteiro.

Como Marcocci para os portugueses, Weststeijn propõe que “o pano de fundo intelectual da expansão holandesa ainda é um terreno praticamente inexplorado”. Sua contribuição é uma análise de manifestações de Gaspar Barleus, um poeta humanista, professor de filosofia na universidade de Amsterdã Athenaeum Illustre, em defesa do legado colonial de Maurício de Nassau entre 1637 e 1644, quando a competição entre os impérios português e holandês se encontram em relevo. No discurso de 1633, *Dissertatio de bono príncipe, adversus N. Machiavelli Florentini scriptoris suasórias, quas libris suis de Principe, Republica, aliisque insparsit*, o discente se opôs tanto a *O Príncipe* quanto aos *Discursos*, “abrindo uma via intermediária entre os caminhos divergentes da prudência maquiaveliana e da virtude clássica” (p. 140). Embora criticasse Maquiavel, Barleus não deixava de reconhecer que um bom príncipe se destacaria não apenas pelas suas virtudes cristãs, mas também pelos artifícios realizados em estado de necessidade. Com a encomenda do conde João Maurício de Nassau para relatar seus grandes feitos como governador-geral a fim de “justificar seu governo e salvaguardar sua reputação na posteridade”, o que viria a ser o seu *Rerum per octennium in Brasilia* (1647)⁵, Barleus, mais uma vez, constrói a imagem de um dirigente grandioso por ter sabido utilizar *amore e forza* em prol da segurança e da glória do governo holandês no Brasil. Weststeijn defende habilmente que apesar da rejeição já antes apontada aos parâmetros supostamente

⁵ Outra versão citada é *The history of Brazil under the governorship of Count Johan Maurits of Nassau, 1613-1644*. Gainesville: Univ. Press of Florida, 2011.

imorais de Maquiavel, o poeta teria transformado a Holanda de Nassau em uma nova Roma da Modernidade. Tendo identificado como força-motriz da política o desejo pelo lucro que, deixado à própria sorte, teria o condão de destruir a vida cívica da metrópole, Barleus propõe sua canalização para fora, de modo a harmonizar – e fundamentar – o colonialismo com o projeto de manutenção da liberdade da república holandesa. Assim, como os humanistas cristãos de seu tempo, Barleus teria a ambiguidade de criticar Maquiavel assumindo, com modificações, alguns de seus principais raciocínios.

Vinícius Dantas, a sua vez, trata da figura de d. Vasco Mascarenhas, o conde de Óbidos, que fora nomeado mestre de campo na Bahia (1626), funcionário na recuperação da capitania de Pernambuco (1638) e agente no Algarve e no Alentejo, até ser nomeado vice-rei do Estado da Índia (1652), cargo no qual enfrentou uma ação rebelde de conjurados que o acusaram de não confirmar as mercês feitas por antecessores, desrespeitar fidalgos do Conselho de Estado, corromper a administração da fazenda régia e ser “inoperante na defesa do Estado e no apresto das armadas”, o que resultou na sua deposição (2015, p. 160-161). Óbidos serviu em seguida na corte lisboeta e depois no conselho de Estado, antes de ser enfim nomeado para o governo do Brasil (1663). Não tardou para que o Conselho Ultramarino levasse à coroa as denúncias de suas práticas, que reproduziam as notícias de seu regime na Índia: perseguia adversários, suspendia rendimentos de funcionários e religiosos, prendia críticos com falsas acusações, descaminhava a fazenda real. Retornou ao reino em 1667 e foi inocentado de todas as acusações, beneficiado por seus amigos julgadores. Morreu servindo na corte em 1678. De acordo com Dantas, o conde de Óbidos é um dos exemplos de governadores portugueses do século XVII que subscreveram, por ações, as premissas maquiavelianas. Ele seria um modelo do príncipe de Maquiavel, “agindo em função dos seus interesses”. Apesar de não haver elementos documentais que comprovem que o governador foi leitor de Maquiavel, “uma breve análise das ideias e conceitos presentes nas cartas de Óbidos permite-nos refletir de algum modo sobre as origens ‘teóricas’ de suas ações” (2015, p. 171). Os elementos encontrados nesses documentos que indicariam uma filiação maquiaveliana são o pragmatismo político, o casuísmo de valores, a centralização do poder (tornada possível pelas reformas de d. Afonso VI) e o combate com todas as armas para a manutenção do governo. O autor sugere, assim, que a aproximação com Maquiavel se deu não em função dos livros, mas da sua experiência política pessoal, que o teria levado às mesmas eficazes conclusões que o florentino.

Já Rodrigo Bentes Monteiro analisa o *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, atribuído aos jesuítas José Mascarenhas e Antonio Correia e a d. Pedro Miguel de Almeida Portugal (conde de Assumar) a respeito de uma sublevação de caráter republicano. O objetivo de Monteiro é “captar a cultura política subjacente ao texto como suporte para as ações violentas e o poder do conde. Desse modo, os apontamentos e citações contidos no *Discurso* podem ou não ter origem na

pena ou nas estantes de d. Pedro Miguel” (2015, p. 182-183). Monteiro analisa obras, teses e artigos sobre os agentes, a abrangência e os significados tanto da revolta quanto do mencionado documento. Apesar da distinta inserção social entre Maquiavel e o conde de Assumar no momento da redação de cada texto referido, *O Príncipe* e o *Discurso histórico*, o autor defende a existência de uma aproximação entre ambos: d. Pedro Miguel responderia “por uma vertente de governo mais arbitrário”, marcada pela dissimulação e com apoio de argumentos provindos de autores clássicos, como Tácito ou Cícero. O autor reconhece, no entanto, que o ardil não seria exclusivo do secretário florentino e que o conde de Assumar se valeria de fontes ecléticas para defender seus interesses, recorrendo, ilustrativamente, a um determinismo ambiental ancorado em Giovanni Botero (2015, p. 211). No entanto, a partir de elementos da conduta do conde, infere e considera plausível “supor o uso ‘maquiavélico’ da tradição clássica veiculada no *Discurso*, como forma de dissimular, justamente, o escrito do próprio Secretário Florentino”, valendo-se de frases isoladas de Cícero, Tácito ou Salústio. Como Barleus, os escritores do *Discurso* afastariam de forma pejorativa os “maquiavelismos”, mas proporiã ações de matiz maquiavélico.

Na última parte do livro, “Escritos”, encontramos o capítulo “Machado de Assis e seus inspiradores italianos” (2015, p. 225–252), que levanta hipóteses acerca da menção a Maquiavel no conto *Teoria do medalhão* (1881) do grande escritor brasileiro. Sandra Bagno especula que, caso Machado de Assis conhecesse, quando da escritura do conto, a obra *Storia della letteratura italiana* do “maior historiador da literatura italiana do século XIX”, Francesco de Sanctis, teria tido contato com os debates na Itália que separariam a leitura maquiavélica da maquiaveliana. Nesse caso, o emprego da expressão “o *Príncipe* de Machiavelli” no interior da história poderia sugerir, segundo a autora, a primeira interpretação matizada de Maquiavel no português do Brasil, diferenciando as lições da obra das profanações da tradição. Em termos estritamente históricos, pode-se arguir a fragilidade da tese por não se pautar senão em especulações. Mas, na verdade, a própria autora reconhece que da biblioteca de Machado de Assis constava apenas a 4ª edição da *Storia* de De Sanctis, datada de 1890 – logo, publicada nove anos depois do conto. O texto constitui um exercício criativo, honesto e bem fundamentado.

Em “Uma versão para o futuro: Vargas, o maquiavélico” (p. 253–273), Jorge Ferreira demonstra de que modo o signo maquiavélico, tal como vulgarizado a partir d’*O Príncipe*, foi instrumentalizado por Affonso Henriques para associar o seu adversário político, Getúlio Vargas, à representação do governante tirânico e demoníaco no Brasil. Em seu libelo *Vargas, o maquiavélico*, publicado em 1961, Henriques descreve a trajetória do governante entre 1930 e 1937 imputando-lhe as marcas do desvio de caráter. O autor chega a associar os “defeitos físicos de Vargas como origem de suas deformações morais”, com o objetivo de “demolir o getulismo e sua herança” (2015, p. 281): divisão das Forças Armadas para melhor dominá-la, autopetuação no poder com o jogo duplo como “pai dos pobres” e “mãe dos ricos” (ou

seja, manipulação de operários e empresários), encenação e malícia sistemáticas – tudo isso tornava Vargas um governante maquiavélico. Henriques assume, então, a posição dos liberais identificados com o udenismo para explicar como um político tão nefasto, capaz de realizar qualquer ato criminoso para se manter no poder, pôde ser eleito pelo voto popular em 1950, após um governo imposto pelo golpe de 1930. É justamente neste ponto que incide o alegado maquiavelismo de Vargas: um homem como ele só poderia obter uma vitória eleitoral por meio de estratégias terríveis, de sua capacidade de ludibriar para convencer a população e da cisão da sociedade para melhor controlá-la. Diante disso, Ferreira pergunta, oportunamente, se a caracterização de Vargas como personagem populista, tão repetida na historiografia do país, não seria um eco, ainda que difuso, da imagem demagógica e manipuladora que Affonso Henriques procurou lhe imprimir a partir da agenda moralista e conservadora da UDN. Dentre os méritos do capítulo há de se destacar o de contribuir para a história da recepção do legado de Maquiavel no Brasil, ao aportar elementos acerca da difusão do signo do “maquiavelismo” para além do terreno restrito da Filosofia universitária, e para fins de instrumentalização política *ad hoc*.

No último artigo da obra, “Traduções e traições d’*O Príncipe*. Os paratextos de edições brasileiras no século XXI” (p. 275-297), Andréia Guerini também apresenta informações significativas acerca da recepção de Maquiavel no Brasil. Embora o seu recorte sejam as publicações d’*O Príncipe* no século XXI, ela também discorre sobre as primeiras publicações e as edições que se seguiram ao longo do século anterior, amparando-se nos relevantes dados colhidos no *blog* da tradutora e pesquisadora Denise Bottmann (atualizados até o dia 28.10.2012), na base do *Index translationum* da Unesco (com data de início em 1979), e em suas próprias pesquisas. Conclui que entre as duas primeiras impressões da obra, em 1933, e o início de 2013 foram publicadas cerca de 80 traduções (reimpressões, reedições ou novas edições) (2015, p. 283). Guerini afirma que para maior precisão desses números seria necessário ainda cotejá-los junto às bases de informações da *Library of Congress* e do *International Standard Book Number* (ISBN), mas certamente eles já nos conferem alguma dimensão do alcance de circulação da obra, com uma média de uma nova (re)edição ao ano desde a sua primeira publicação no Brasil.

A autora analisa, então, os paratextos⁶ de seis das publicações de 2001 a 2010, com diferentes tradutores, concluindo que alguns deles reforçam a imagem negativa de Maquiavel, o que pode se justificar “também por questões mercadológicas. Pois vende-se muito mais um Maquiavel convencional, ‘maldito’ que um Maquiavel observador da política”. A análise moderada e bem embasada da autora

⁶ “(...) batizados por Gérard Genette (2009) de *paratextos*: a apresentação exterior do livro, o nome do autor, o título, o texto da contracapa, a capa, as dedicatórias, as epígrafes, os prefácios e posfácios, os intertítulos e ainda as notas” (2015, p. 287).

apresenta apenas um defeito: o emprego de Olavo de Carvalho como especialista e autoridade de referência na interpretação do florentino. O autoproclamado filósofo brasileiro é capaz de afirmar que os desdobramentos práticos da obra de Maquiavel “não pass[a]m de um florescimento de células cancerosas nascidas da prodigiosa confusão mental da qual germinaram” (2015, nota 11, p. 286). Sem dúvida, Guerini estaria melhor acompanhada se optasse por algum dos prestigiados intérpretes brasileiros ou estrangeiros, que não precisaram apelar para a postulação de “células cancerosas” do pensamento maquiaveliano para tentar justificar, sem francamente admitir, a sua própria incompreensão da obra. Estes intérpretes se furtaram a encampar o fácil caminho da desqualificação pura e simples do florentino e tampouco reforçaram estigmas contra pessoas que precisam de cuidado.

Em um balanço global, o livro contribui para o preenchimento de lacunas acerca da recepção de Maquiavel no Brasil e do uso político tanto de seu pensamento quanto da sua imagem. Como observado nas partes I e II, foi frequente a defesa ou o emprego de estratégias maquiavélicas no mesmo passo em que se condenava Maquiavel, tornado um signo por si só consequente. A parte III oferece pistas relevantes acerca da criação do mito de um Vargas populista, bem como sobre um dos motivos da manutenção da popularidade da versão maquiavélica do florentino até nossos dias. O último capítulo, de modo semelhante, contribui para a compreensão de um dos possíveis motivos da perpetuação da imagem diabólica do filósofo no senso comum até os dias de hoje. Com efeito, a análise dos mecanismos tradicionais de difusão das informações e a análise da qualidade do seu conteúdo, em plena era das *fake news*, mostra toda a sua atualidade e relevância.

Contudo, nota-se que em certos artigos o Brasil não é senão o cenário sobre o qual agentes europeus discutem a partir de parâmetros maquiavélicos. Nesse sentido, tem-se aí antes uma história das ideias imperiais portuguesas ou holandesas que incluíam indiretamente o Brasil como objeto de disputa que, propriamente, uma história das ideias maquiavelianas ou maquiavélicas no Brasil. No plano das práticas, presenciamos trabalhos que alcançam nosso autor apenas pelo estreito paralelo entre a conduta imoral de personagens portugueses e a cartilha maquiavélica reproduzida sem maior aprofundamento. Por mais que nesses textos se afirme que a história dos sujeitos confirma a disseminação dos atos de malícia, tornando injusta a má-fama do florentino (porquanto esta seria o sinal dos tempos), confirma-se Maquiavel como *um* autor maquiavélico, senão traduzindo-se seu nome pelo signo da perfídia. Nesse sentido, ao invés de problematizá-la, naturaliza-se a produção do maquiavelismo e do antimachiavelismo.

Feitas essas ressalvas, cumpre ressaltar que a diversidade de fontes e de métodos de análise, bem como a riqueza das reflexões tornam o livro uma compilação de investigações relevantes, que merecem ser conhecidas por aqueles que se interessem pelas interpretações modernas e contemporâneas de Maquiavel, e pelo amplo leque de assuntos correlatos tratados.

Referências bibliográficas

- BAGNO, Sandra; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org.). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, 304 pág.
- BAGNO, S., “‘Maquiavélico’ versus ‘Maquiaveliano’ na língua e nos dicionários monolíngues brasileiros”. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 2, n. 22, p. 129-150, 2008.
- CORTINA, Arnaldo. *O príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Editora Simões, 1958. / Brasília: Ed. UnB, 1979.
- FARIA, Octavio de. *Machiavel e o Brasil*. Rio de Janeiro: Schmidt-Editor, 1931.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “O pensamento político no Renascimento” [1978]. In: *Sobre Machiavel*, Ed. UnB, 1979.
- GUILLÉN, Rafael Herrera; GARCÍA, Moisés González (Coord.). *Maquiavelo en España y Lationamérica del siglo XVI al XX*. Madrid: Tecnos, 2014.
- MOREIRA, Marcílio Marques. “O pensamento político de Maquiavel”. In: *Sobre Machiavel*, Ed. UnB, 1979.
- NEDERMAN, Cary. “Niccolò Machiavelli”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2019. (Summer 2022 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2022/entries/machiavelli/>.
- POCOCK, John. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- SALATINI, Rafael. “Notas sobre a maquiavelística brasileira (1931-2007)”, *Discurso*, São Paulo, n. 41, p. 329-359, 2011.
- SKINNER, Quentin. *Machiavelli*. California: University of California, 1981.



SALGUEIRO, Fernanda. MAQUIAVELISMOS À BRASILEIRA. *Kalagatos*, Fortaleza, vol. 20, n.3, 2023, eK23060, p. 01-10.

Recebido: 06/2023
Aprovado: 08/2023